



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **CIDADE DO AGRONEGÓCIO: A URBANIZAÇÃO FUNCIONAL DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NO CERRADO BRASILEIRO<sup>1</sup>**

**Matheus Dezidério Busca**

Mestrando em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

### **Sessão Temática 01: Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**

---

*Resumo. A globalização das etapas da produção agrícola, atualmente no paradigma da agricultura científica globalizada, intensificou a materialização de partes importantes do circuito espacial produtivo de commodities, como a soja, nas regiões produtivas do Cerrado brasileiro. A exacerbada especialização produtiva derivada desse processo é a chave para entendermos o surgimento de uma forma particular de região: a região produtiva do agronegócio (RPA). Os centros de controle das RPA são, sobretudo, as pequenas e médias cidades, que têm as suas economias urbanas reestruturadas a fim de suprirem as demandas do campo modernizado. As cidades do agronegócio surgem da profunda especialização funcional tanto da economia urbana – agora, integrada à economia agrária – como da sua própria urbanização, que passa a ser orientada pelas atividades produtivas do agronegócio globalizado. Tendo isso em vista, nosso objetivo é apresentar uma primeira discussão sobre a urbanização funcional da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, localizada no Cerrado baiano, e estabelecer alguns paralelos entre a sua urbanização e a da cidade de Sinop/MT, no que se refere às implicações do agronegócio globalizado nas cidades.*

*Palavras-chave: agronegócio globalizado; cidade do agronegócio; complexo soja; MATOPIBA.*

### **Agribusiness city: the functional urbanization of globalized agribusiness in the Brazilian Cerrado**

---

*Abstract. The globalization of agricultural production stages, currently in the paradigm of globalized scientific agriculture, has intensified the materialization of important parts of the spatial production circuit of commodities, such as soybeans, in the productive regions of the Brazilian Cerrado. The exacerbated productive specialization derived from this process is the key to understanding the emergence of a particular form of region: the agribusiness productive region (APR). The control centers of the APR are, above all, the small and medium-sized cities, which have their urban economies restructured in order to supply the demands of the modernized countryside. The agribusiness cities emerge from the deep functional specialization of both the urban economy – now integrated to the agrarian economy – and its own urbanization, which is now oriented by the productive activities of globalized agribusiness. With this in mind, our objective is to present a first discussion on the functional urbanization of the city of Luís Eduardo Magalhães/BA, located in the Cerrado of Bahia, and to establish some parallels between its urbanization and that of the city of Sinop/MT, regarding the implications of globalized agribusiness in the cities.*

*Keywords: globalized agribusiness; agribusiness city; soybean complex; MATOPIBA.*

---

<sup>1</sup> Este trabalho é derivado de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo nº 2022/02593-8), à qual agradecemos.

## La ciudad del agronegocio: la urbanización funcional del agronegocio globalizado en el Cerrado brasileño

**Resumen.** *La globalización de las etapas de producción agrícola, actualmente en el paradigma de la agricultura científica globalizada, ha intensificado la materialización de partes importantes del circuito de producción espacial de commodities, como la soja, en las regiones productivas del Cerrado brasileño. La exacerbada especialización productiva derivada de este proceso es la clave para entender la aparición de una forma particular de región: la región productiva agroindustrial (RPA). Los centros de control de la RPA son, sobre todo, las ciudades pequeñas y medianas, que tienen sus economías urbanas reestructuradas para suplir las demandas del campo modernizado. Las ciudades agroindustriales surgen de la profunda especialización funcional tanto de la economía urbana – ahora integrada en la economía agraria – como de su propia urbanización, que se orienta hacia las actividades productivas de la agroindustria globalizada. Con esto en mente, nuestro objetivo es presentar una primera discusión sobre la urbanización funcional de la ciudad de Luís Eduardo Magalhães/BA, situada en el Cerrado de Bahia, y establecer algunos paralelos entre su urbanización y la de la ciudad de Sinop/MT, en relación con las implicaciones del agronegocio globalizado en las ciudades.*

*Palabras clave:* agronegocio globalizado; ciudad del agronegocio; complejo de la soja; MATOPIBA.

### 1. Introdução

A modernização da agricultura brasileira deve ser entendida a partir de dois principais momentos. O primeiro tem início nas décadas de 1950 e 1960, quando, nos EUA, se contrói o conceito de *agribusiness*, bem como toda a sua proposta (POMPEIA, 2021). No Brasil, o Estado passa a ser o principal incentivador da reestruturação produtiva proposta pelo agronegócio estadunidense. Busca-se, portanto, uma integração entre os setores Agricultura e Indústria, de modo que a mecanização do campo e a demanda por insumos químicos e biotecnológicos pudessem ser cumpridas. Este paradigma é denominado de Revolução Verde (FREDERICO, 2013; DELGADO, 2012), cujas características centrais eram: *i*) o Estado como o principal agente por trás do financiamento e do crédito agrícola; *ii*) a construção dos complexos agroindustriais (CAI), através da integração intersetorial Agricultura-Indústria; *iii*) a reestruturação produtiva através, principalmente, do uso intensivo de máquinas, agrotóxicos, biotecnologia; *iv*) a integração das cadeias produtivas, sob o controle das grandes empresas; e *v*) presença do capital internacional na agricultura brasileira (DELGADO, 2012; MAZZALI, 2000).

As fronteiras agrícolas modernas do Centro-Oeste surgiram e se consolidaram a partir deste período. Entretanto, não é apenas nessa porção do território nacional onde a agricultura avançou, e avança, sobre o bioma Cerrado. No início da década de 1980, a soja e o algodão já começavam a ser percebidos nos cerrados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia), mais particularmente nos cerrados baianos, porção oeste do estado (BERNARDES, 2009; IBGE, 1977).

De acordo com Santos (2001), o período que compreende o paradigma da Revolução Verde vai da década de 1960 até o início da década de 1990, quando se inicia, segundo a denominação do autor, o paradigma da agricultura científica globalizada. Este segundo momento deve ser entendido muito mais como uma continuação, um aperfeiçoamento, da Revolução Verde, do que uma ruptura. Isso porque, a partir do final da década de 1990 e início de 2000, observamos um rearranjo das funções desempenhadas pelos agentes nas atividades do agronegócio e um aumento vertiginoso das densidades técnicas, científicas, tecnológicas e informacionais no campo modernizado (FREDERICO, 2013).

O financiamento e a oferta de crédito passam a ser funções desempenhadas muito mais pelas próprias empresas do setor do que pelo Estado<sup>2</sup>, cujo objetivo agora passa a ser o de organizar e normatizar o território nacional a fim de que o avanço das fronteiras seja o mais fluido possível. Temos, a partir desses processos, dois pontos importantes. Em primeiro lugar, o controle das cadeias produtivas e da produção agrícola pelas grandes empresas ocorre pela entrada dos capitais financeiro e especulativo na agricultura (e nas atividades a ela correlacionadas). Isso quer dizer que esse setor passa a ser observado não apenas como produtor de *commodities*, mas também como potencial gerador de outros ativos financeiros.

Em segundo lugar, as cadeias produtivas globalizadas demandam cada vez mais instrumentos de controle informacional. Somando isso à enorme dependência da agricultura em insumos mecânicos, químicos e biotecnológicos, há a necessidade de um ancoramento dessa economia em centros urbanos. Podemos considerar que a urbanização das pequenas e médias cidades localizadas nas áreas de fronteira do Cerrado ocorreu, e ainda ocorre, devido a uma demanda do agronegócio globalizado. Cidades como Sinop/MT (COY *et al.*, 2022) e Luís Eduardo Magalhães/BA (ELIAS, 2011) surgem para responder a essas demandas produtivas.

O objetivo central deste trabalho é apresentar uma primeira investigação sobre a urbanização funcional das cidades do agronegócio, de acordo com Elias (2011) e Elias e Pequeno (2007), no Cerrado baiano. Para tanto, buscamos analisar de que modo a urbanização da cidade de LEM foi orientada pelo agronegócio globalizado. Essa cidade foi escolhida levando em conta a presença de inúmeros agentes do circuito espacial produtivo do complexo soja e de sua expressiva produção agrícola. Ao final, também buscamos estabelecer um paralelo entre a sua urbanização e a da cidade de Sinop, a partir dos trabalhos de Coy (2022), Coy *et al.* (2022), Coy e Huber (2022) e Coy *et al.* (2020).

Nossa metodologia de investigação partiu das discussões realizadas por Elias (2011) e Elias e Pequeno (2007) sobre a conceitualização das cidades do agronegócio. Em seguida, analisamos o caso de LEM tendo por base a operacionalização do conceito de circuito espacial produtivo proposta por Castillo e Frederico (2010). Por fim, a discussão da orientação da urbanização e da distribuição das atividades produtivas na cidade se deram, também, a partir de Coy *et al.* (2020) e de Elias e Pequeno (2007).

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos o conceito de cidades do agronegócio e como elas podem ser tomadas como os nós territoriais da agricultura modernizada. Já na segunda parte, discutimos como parte do circuito espacial produtivo do complexo soja está especializado na cidade de LEM, e como isso reestrutura e reorienta a economia urbana do município para suprir as demandas do agronegócio globalizado.

## **2. Os nós territoriais da agricultura científica globalizada**

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho e o aumento da especialização produtiva, ambos ligados ao agronegócio globalizado, são dois dos principais processos por trás da fragmentação produtiva do território

---

<sup>2</sup> É importante mencionar que o Estado brasileiro ainda é um importante agente do financiamento e da oferta de crédito, mas essa função é representada bem mais pelas empresas a partir da entrada dos capitais financeiro-especulativos transnacionais na produção agrícola, como aponta Frederico (2013).

(CASTILLO; BERNARDES, 2019; CASTILLO, 2015). Isso significa dizer que o avanço e a consolidação das arenas produtivas da agricultura modernizada estão necessariamente relacionados a processos de formação regional, mais especificamente de regiões produtivas.

A partir da proposição teórico-metodológica de Castillo e Bernardes (2019) sobre a sobreposição de múltiplas formações regionais, podemos admitir a existência de, ao menos, quatro formas básicas de região: natural, tradicional / histórica, de planejamento e produtiva. Esta última forma regional é a que está mais diretamente associada aos processos de consolidação das fronteiras agrícolas modernizadas no território brasileiro (COY, 2020; CASTILLO *et al.*, 2016; COY; NEUBURGER, 2000). Essas formações regionais específicas, consolidadas pelo agronegócio globalizado, foram definidas por Elias (2015; 2011; 2006) como *regiões produtivas do agronegócio* (RPA).

Essas regiões “são constituídas pela combinação entre espaços agrícolas modernos e espaços urbanos não metropolitanos (principalmente as pequenas cidades)” (CASTILLO *et al.*, 2016, p. 269), o que vai resultar num espaço heterogêneo, socialmente desigual e fragmentado. À luz do fato de que “o agronegócio ‘acontece’, exceto a produção agrícola propriamente dita, em grande parte nas cidades” (COY, 2020, p. 21), fica nítido que as cidades das RPA são centralidades essenciais para a (re)produção do agronegócio.

A globalização das cadeias produtivas (CASTILLO; FREDERICO, 2010) das *commodities* agrícolas, sobretudo da soja, juntamente com o uso cada vez maior de tecnologia, ciência e informação no campo fazem de determinadas cidades os nós de confluência dos inúmeros fluxos materiais e imateriais dessas cadeias. Todos eles estão relacionados às diversas atividades do agronegócio globalizado – comercialização de sementes, de grãos, de agrotóxicos, de fertilizantes; serviços de assistência técnica especializada; comércio, aluguel e serviços relacionados às máquinas e equipamentos agrícolas; escritórios administrativos; cartórios; institutos de pesquisa nas mais diversas áreas; serviços de transporte e logística de grãos e demais produtos agrícolas; entre outros (ELIAS, 2011).

Essas cidades – em sua maioria, pequenas e médias – passam a crescer justamente pelo fato de estarem nessa confluência de fluxos (ARROYO, 2008). Entretanto, cabe destacar que não são todas ou quaisquer cidades que conseguem se consolidar como um nó para os fluxos e circuitos produtivos do agronegócio. As que assim conseguem, Elias e Pequeno (2007, p.26) definiram como “cidades do agronegócio”<sup>3</sup>, isto é, aquelas que possuem “a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais associam-se às crescentes demandas de novos produtos e serviços especializados”. De forma complementar, Coy *et al.* (2022, p. 91) afirma que este “*new type of city*” está relacionado às novas relações campo-cidade que se estabelecem a partir da integração entre suas economias.

É importante salientar que, embora o conceito de *cidades do agronegócio* seja relativamente novo e esteja continuamente sendo aperfeiçoado, não podemos estender o conceito para além de seus limites. Em outras palavras, não basta a uma cidade estabelecer intensas relações com o agronegócio para ser considerada por esse conceito. Um exemplo bastante emblemático é a cidade

---

<sup>3</sup> De acordo com a autora e o autor, este conceito é derivado da proposta de *cidade do campo* de M. Santos (2000; 1996; 1994; 1993; 1988).

de Ribeirão Preto/SP, que embora seja uma importante centralidade do agronegócio tanto no âmbito do estado de São Paulo como no âmbito nacional, não se caracteriza como uma cidade do agronegócio, justamente pelo fato de sua economia urbana ser diversificada, isto é, não há uma especialização funcional de sua economia urbana para os setores relacionados ao agronegócio.

De acordo com Elias e Pequeno (2007), é possível identificarmos diversas cidades do agronegócio no Brasil. No bioma Cerrado, onde a sojicultura tem incorporado cada vez mais áreas, algumas cidades são exemplos emblemáticos. No Centro-Oeste: Rio Verde/GO, Sorriso/MT, Primavera do Leste/MT e Rondonópolis/MT; no Nordeste: Balsas/MA, Uruçuí/PI, Bom Jesus/PI e Luís Eduardo Magalhães/BA (LEM). Todas essas cidades estão em contextos territoriais diversos, entretanto compartilham pelo menos dois aspectos singulares *i)* são cidades que surgiram através do avanço das fronteiras agrícolas modernas, sobretudo da soja; e *ii)* são cidades cuja economia urbana é funcional ao agronegócio globalizado. Também são os pontos de convergência de fluxos materiais e imateriais em meio aos campos modernizados no Cerrado, e somente através delas se torna possível a (re)produção da agricultura científica globalizada.

É necessário detalharmos qual é a relação entre o avanço das fronteiras agrícolas e a necessidade da consolidação das cidades do agronegócio no Cerrado. A modernização da agricultura a partir da incorporação de densidades cada vez maiores de técnica, ciência, tecnologia e informação faz com que as economias urbana e agrária se integrem, além de deslocarem para as cidades a regulação da produção agrícola *lato sensu* (COY, 2020; ELIAS; PEQUENO, 2007). A modernização imposta à agricultura ressignifica as relações campo-cidade à medida que aprofunda a divisão territorial do trabalho e a especialização produtiva. A urbanização passa, então, a ser orientada pelas atividades produtivas do agronegócio, pois “(...) nas *regiões agrícolas* é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (...)” (SANTOS, 1993, p. 68).

A difusão da sojicultura nos cerrados do Centro-Oeste do Brasil é um tema amplamente discutido, sobretudo pela análise do avanço das fronteiras<sup>4</sup>. Entretanto os cerrados do Centro-Norte do Brasil (ALVES, 2022; 2015) também têm se destacado no que se refere ao avanço da soja. Essa porção do território nacional se refere aos estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, os mesmos estados que compõe a região de planejamento MATOPIBA.

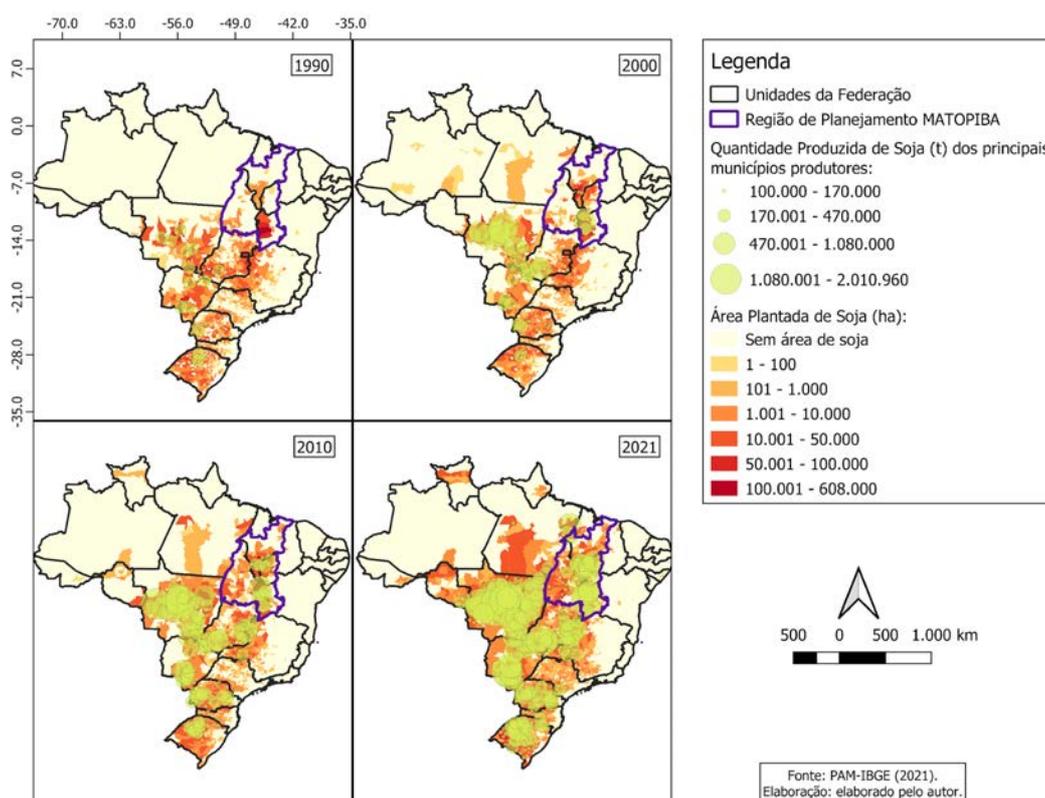
O MATOPIBA surge do alinhamento entre empresários-produtores do agronegócio, que desejavam a expansão da fronteira agrícola dos grãos, e o Estado brasileiro, que via na expansão dessa fronteira a continuidade das exportações de *commodities*, o que corroborou com a reprimarização da pauta exportador nacional (GONÇALVES, 2012). Em 2015, a então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, e a então Presidenta da República, Dilma Rousseff, institucionalizam a região de planejamento MATOPIBA, através do Decreto N° 8.447/2015. Os estudos para mapeamento e delimitação da região ficaram à cargo do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

---

<sup>4</sup> Martins (1996), Ribeiro (1977) e Weibel (1955).

O objetivo central do MATOPIBA é incentivar a expansão das áreas de produção das principais *commodities*, como soja, milho, algodão e café. Desde 2015, ano de sua institucionalização, as áreas plantadas dessas culturas aumentaram significativamente. De acordo com o 12º Levantamento das Safras 2015/2016 e 2021/2022, realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na primeira, a quantidade produzida de soja pelo MATOPIBA foi de 6,8 milhões de toneladas, já na segunda, esse número chegou à 17,9 milhões. Uma taxa de crescimento de cerca de 163%, ao passo que o Brasil, no mesmo período, teve uma taxa de crescimento de 31,5% na quantidade produzida.

A partir dos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM-IBGE) foi possível elaboramos um cartograma (Figura 1) que mostra a dinâmica do avanço das áreas plantadas de soja (1990-2021), por município, e a quantidade produzida de soja (em toneladas) dos principais municípios produtores. Em 1990, dos cinco municípios com maior área plantada de soja, apenas um era do estado da Bahia – São Desidério, em terceiro lugar, com mais de 147 mil hectares (ha) –, dois do Mato Grosso – Campo Novo do Parecis, em primeiro lugar, com mais de 200 mil ha, e Sorriso, em quinto lugar, com 140 mil ha –, um do Mato Grosso do Sul – Ponta Porã, em segundo lugar, com mais de 170 mil ha – e um de Goiás – Rio Verde, em quarto lugar, com 147 mil ha.

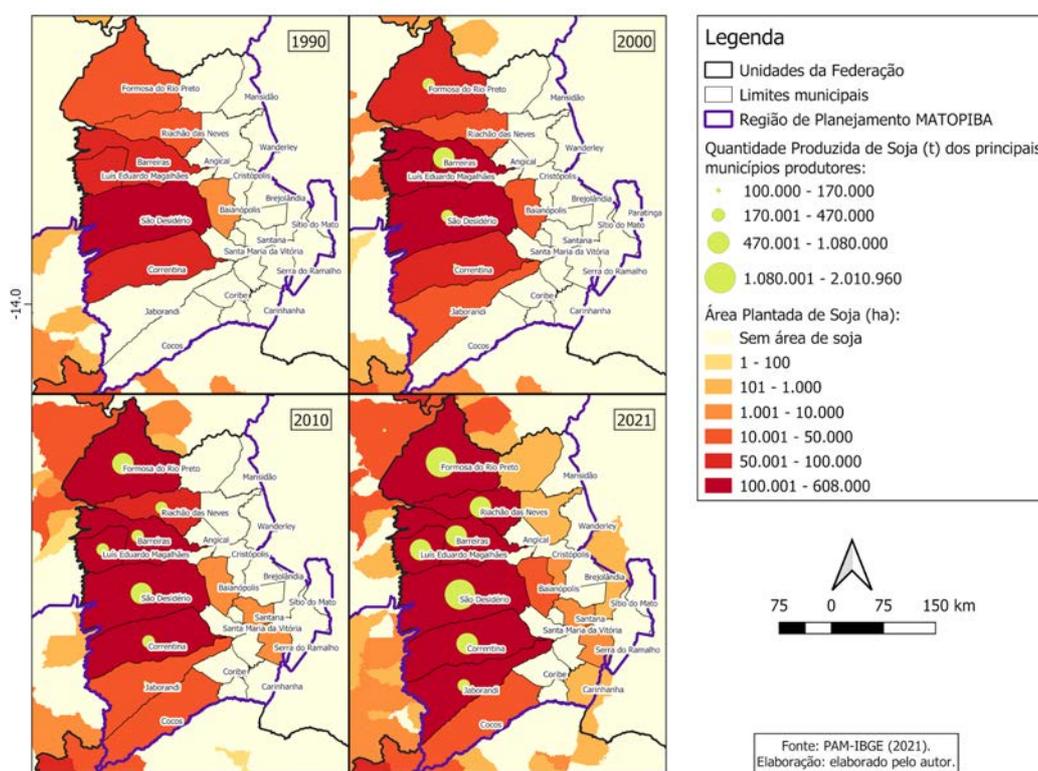


**Figura 1.** Área plantada (ha) e quantidade produzida (t) de soja – Brasil (1990-2021). (Fonte: PAM-IBGE; 2021; elaborado pelo autor).

Em 2021, 30 anos depois, a situação se altera bastante. Ainda entre os cinco municípios com maior área plantada de soja, desta vez, dois são da Bahia (o segundo e quarto) – respectivamente, Formosa do Rio Preto (mais de 455 mil ha) e São Desidério (404 mil ha) –, dois são do Mato Grosso (o primeiro e o quinto) – respectivamente, Sorriso (605 mil ha) e Nova Mutum (398 mil ha), e, em terceiro, Rio Verde (410 mil ha), de Goiás.

Quando se trata de quantidade produzida, em 1990, dos cinco maiores produtores, os quatro primeiros são do Mato Grosso e quinto é do Mato Grosso do Sul. Já em 2021, a situação também se altera bastante. Apenas dois municípios são do Mato Grosso (o primeiro e o quinto), um de Goiás (em quarto) e dois da Bahia, Formosa do Rio Preto e São Desidério (respectivamente, segundo e terceiro lugares).

A partir da Figura 1, é nítido o avanço das áreas de soja para os cerrados da região Centro-Oeste (para os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) e para a porção Centro-Norte do Brasil (Tocantins, sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia). Esse avanço para novas áreas ocorre concomitante ao aumento da área plantada nas zonas já consolidadas (Centro-Oeste) e com aumentos também na quantidade produzida. Juntos, esses dois fatores demonstram o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e da especialização produtiva pautada na sojicultura, que corroboram com a fragmentação produtiva do território.



**Figura 2.** Área plantada (ha) e quantidade produzida (t) de soja – MATOPIBA baiano (1990-2021). (Fonte: PAM-IBGE; 2021; elaborado pelo autor).

No contexto regional do MATOPIBA, a porção oeste do estado da Bahia aparece desde 1990 como a maior área contínua de produção de soja, à época contanto com seis municípios (Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, São Desidério, Baianópolis e Correntina). Em 2021, 16 dos 30 municípios do MATOPIBA baiano<sup>5</sup> possuíam área plantada de soja, mas há um claro destaque para os municípios do extremo oeste da região: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, LEM (emancipado em 2000), São Desidério, Baianópolis, Correntina, Jaborandi e Cocos (Figura 2). Desses municípios, em 2021, LEM

<sup>5</sup> Baianópolis, Barreiras, Carinhanha, Cocos, Correntina, Cotegipe, Fomosa do Rio Preto, Jaborandi, LEM, Riachão das Neves, Santana, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Tabocas do Brejo Velho.

possuía apenas a quinta maior quantidade produzida de soja (702 mil t), mas o que destaca esse município em relação aos demais são as funções que a sua sede municipal desempenha em termos de organização das atividades do agronegócio em âmbito regional.

### **3. Circuito espacial produtivo da soja e reestruturação urbana**

Os processos de regionalização produtiva dos cerrados baianos (ALVES, 2020; BERNARDES, 2009; ELIAS, 2006) têm por base a consolidação de um sistema complexo de fluxos (materiais e imateriais), que conectam a arena produtiva – entendida aqui como os espaços de produção dos municípios – com as áreas de controle e comando da produção – as metrópoles nacionais e internacionais. À medida que o agronegócio avança e se consolida, novas funções e atividades urbanas são exigidas para suprir as demandas de seu consumo produtivo (SANTOS, SILVEIRA, 2006). Observamos, portanto, que o processo de regionalização da RPA da soja nos cerrados baianos está necessariamente ligado à materialização de parte do circuito espacial produtivo (CASTILLO; FREDERICO, 2010; SANTOS, 1988; MORAES, 1984) da soja nas cidades da região.

Para compreender como a produção se espacializa e opera os processos de especialização produtiva e de aprofundamento da divisão territorial do trabalho, devemos entender que o processo-geral de produção é composto por etapas (produção; distribuição; troca; consumo). De acordo com Marx (2008 [1859]), cada fase, ou etapa, da produção pode ser analisada separadamente das demais, entretanto, essa análise nunca é suficiente para compreendermos todo o processo de produção, fazendo-se necessário observar que cada etapa sucede e precede todas as outras, como num circuito.

Diante disso, a utilização do circuito espacial produtivo se faz muito importante, pois, de acordo com Castillo e Frederico (2010), sua análise é centrada em três principais pontos: 1) a circulação: os fluxos materiais e imateriais permitem a articulação das etapas de produção em circuito; 2) o espaço geográfico: variável ativa do processo de (re)produção social e econômica; e 3) o ramo produtivo: a análise sempre deve partir de um produto, ou ramo produtivo, específico.

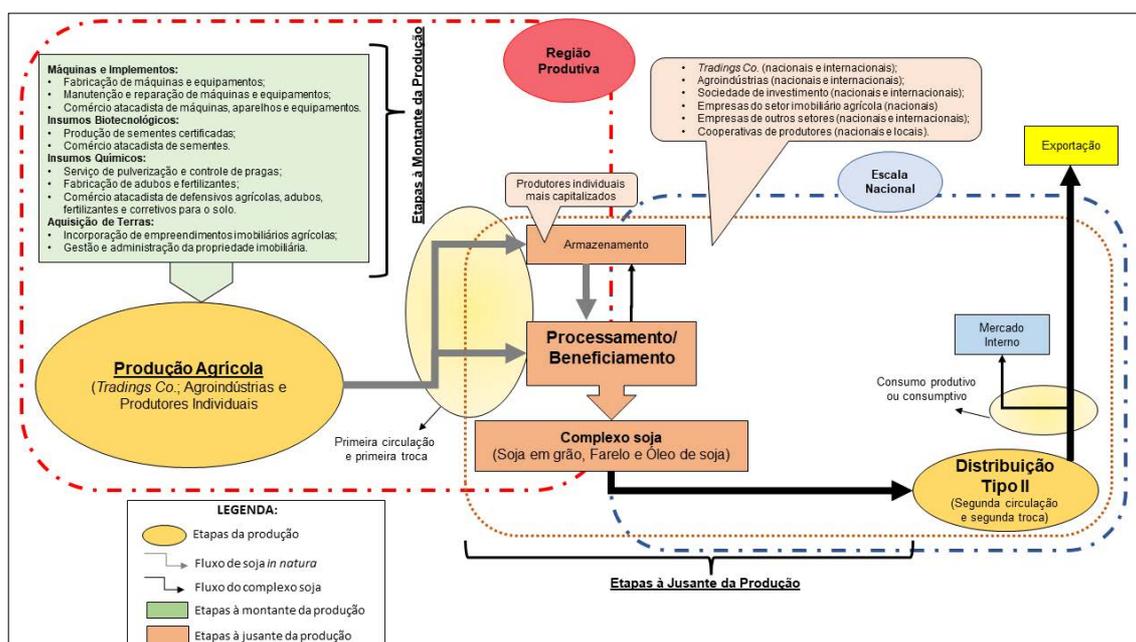
É importante salientar que o circuito espacial produtivo é, ao mesmo tempo, um conceito e uma metodologia. Como conceito, ele busca explicar como as diversas etapas de produção estão racionalmente articuladas mesmo estando separadas geograficamente (MORAES, 1984; SANTOS, 1988). A chave para essa articulação são os fluxos materiais e imateriais, somente através dos quais é possível controlar e organizar a produção (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

O agronegócio é um exemplo prático dessa coordenação dos fluxos pelas grandes empresas que controlam os circuitos espaciais produtivos. Uma vez que, segundo Santos e Silveira (2006, p. 145), “se os cerrados baianos ganham em modernização agrícola, suas cidades regionais perdem quanto ao controle das suas próprias produções, que passam a ser comandadas desde outras cidades e países”,

Mas o circuito espacial produtivo também pode ser utilizado como metodologia. Neste caso, sua operacionalização depende das quatro etapas metodológicas apontadas por Castillo e Frederico (2010). Em primeiro lugar, é necessário a identificação do ramo produtivo principal (complexo soja, setor sucroalcooleiros, setor petroquímico *etc.*); em segundo lugar, é importante demarcar quais são os principais agentes envolvidos em todas as etapas da produção. Estes agentes

podem estar espacialmente distantes, entretanto, fortemente articulados. Em terceiro lugar, a análise da logística é imprescindível para compreendermos o ordenamento dos fluxos, isto é, o funcionamento da circulação corporativa e da comunicação entre os agentes. Por fim, a quarta etapa metodológica é análise da organização do território, pois uma vez que o circuito espacial produtivo nos apresenta o uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2006), devemos identificar também as suas diversas possibilidades de uso.

Na Figura 3, temos o esquema-geral do circuito espacial produtivo do complexo soja na região oeste da Bahia. Admitindo a produção agrícola como a atividade central do circuito espacial produtivo, podemos separar as demais etapas de produção em dois momentos: no primeiro momento estão as etapas à montante da produção agrícola; no segundo, estão as etapas à jusante da produção agrícola, como apresentado na Figura 3.



**Figura 3.** Esquema-geral do circuito espacial produtivo do complexo soja no MATOPIBA baiano (fonte: levantamento documental; elaborado pelo autor).

As diversas etapas dos circuitos especiais de produção e dos círculos de cooperação<sup>6</sup> estão localizadas na região produtiva – delimitada em vermelho na Figura 3 –, e cujas centralidades são cidades as cidades de Barreiras/BA e LEM. Nessas cidades se concentram a maior parte dos agentes envolvidos na (re)produção do agronegócio globalizado. A construção do esquema-geral do complexo soja (grão, farelo e óleo de soja) nos auxilia a identificar como as trocas materiais ocorrem na região, expondo quais são as principais centralidades do agronegócio.

Trataremos cada etapa separadamente. As atividades à montante da produção podem ser entendidas como as etapas que precedem, isto é, que fornecem os insumos necessários para se iniciar a produção (terras; sementes; insumos químicos e biotecnológicos e máquinas, equipamentos e implementos agrícolas). O Quadro 1 apresenta esses produtos e serviços relacionados ao agronegócio classificados em quatro grupos.

<sup>6</sup> Os círculos de cooperação são os fluxos imateriais que estruturam o circuito espacial produtivo (MORAES, 1984; SANTOS, 1988; SANTOS, SILVEIRA, 2006; CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Quadro 1. Produtos e serviços à montante da produção agrícola. (fonte: elaborado pelo autor).

Grupos	Produtos e Serviços
Grupo 1 Máquinas e equipamentos agrícolas	Fabricação
	Manutenção e reparação
	Comércio atacadista
	Aluguel
Grupo 2 Insumos químicos	Pulverização e controle de pragas
	Fabricação
	Comércio atacadista
Grupo 3 Insumos biotecnológicos	Produção de sementes e mudas
	Comércio atacadista
Grupo 4 Terras / Mercado imobiliário	Incorporação de empreendimentos imobiliários
	Gestão e administração da propriedade imobiliária

Esses quatro grupos envolvem uma gama de diferentes agentes, e de tamanhos diferentes. De acordo com os dados do Censo Agropecuário (2017), a localização desses agentes no oeste da Bahia se concentra em seis municípios (LEM, Barreiras, São Desidério, Correntina, Jaborandi e Cocos), sendo que das onze atividades supracitadas, seis<sup>7</sup> – quase a metade – possuem agentes que estão localizados unicamente e/ou com a maioria deles em LEM. É importante mencionar ainda que nesta cidade encontramos todas aquelas atividades.

De acordo com observações realizadas em campo, apenas nas margens das rodovias BR-242 e BR-020 – que passam dentro da cidade de LEM, e a partir das quais as ocupações urbanas se iniciaram –, ao menos 45% dos estabelecimentos comerciais relacionados ao agronegócio globalizado eram do Grupo 1, totalizando, pelo menos, 50 estabelecimentos, ao passo que a segundo maior participação, de apenas 13,5%, é do Grupo 2. A maior parte dos estabelecimentos comerciais do Grupo 1 está relacionada à venda de peças, ao conserto de máquinas agrícolas e à venda de máquinas, implementos e tratores por grandes empresas, tais como John Deere (EUA), Valtra (Finlândia), New Holland (EUA; com sede na Itália), Massey Ferguson (EUA) e Bosch (Alemanha) – Rodomimo Truck Service. É importante notar que essas empresas são todas transnacionais, o que corrobora com a intensificação dos fluxos materiais (peças, equipamentos, máquinas) e imateriais (capitais, informações, tecnologias) entre esses países e LEM, de forma muitas vezes direta, rompendo com a hierarquia clássica da rede urbana (SANTOS, 1988).

No que se refere à produção agrícola *stricto sensu*, LEM correspondia, em 2021, a cerca de 10% da área plantada e da quantidade produzida de soja do MATOPIBA baiano, contabilizando mais de 163 mil hectares de área e 702 mil toneladas de soja produzida (PAM-IBGE<sup>8</sup>, 2021). A análise isolada desses valores pode nos sugerir que LEM não tenha tanto destaque na produção de soja quanto alguns municípios, como Formosa do Rio Preto, São Desidério e Barreiras. Entretanto, é importante considerarmos também a própria extensão

<sup>7</sup> Fabricação de máquinas e equipamentos; manutenção e reparação de máquinas e equipamentos; fabricação de adubos e fertilizantes; comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

<sup>8</sup> Pesquisa sobre Produção Agrícola Municipal (PAM), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

territorial dos municípios, estabelecendo a porcentagem da área do município que é destinada à sojicultura. Os dados apresentados no Quadro 2, elaborado a partir da PAM-IBGE (2021), mostram que LEM possui a maior participação de área plantada de soja em relação à extensão territorial do município, cerca de 41%, enquanto a média dos sete maiores produtores é de 24,6%.

Quadro 2. Área plantada (km<sup>2</sup>), quantidade produzida (mil t) de soja e extensão territorial (km<sup>2</sup>) dos principais produtores de soja do MATOPIBA baiano (2021). (Fonte: PAM-IBGE, 2021; elaborado pelo autor).

Município	Quantidade Produzida de Soja (mil t)	Área Plantada de Soja (km <sup>2</sup> )	Área do Município (km <sup>2</sup> )	Participação da Área Plantada sobre a Área do Município (%)
Formosa do Rio Preto	1.855	4.554	16.185	28,13
São Desidério	1.650	4.040	15.157	26,65
Barreiras	831	2.000	7.538	26,53
Correntina	744	1.980	11.492	17,22
<u>LEM</u>	<u>702</u>	<u>1.631</u>	<u>3.941</u>	<u>41,48</u>
Riachão das Neves	495	1.250	5.840	21,40
Jaborandi	396	1.079	9.955	10,83

Esses dados nos ajudam a compreender como LEM foi um município criado para ser um território de materialização de importantes etapas do circuito espacial produtivo do complexo soja, não apenas para ser uma arena de produção, mas, e principalmente, para ser um ponto de confluência de fluxos materiais e imateriais para o agronegócio globalizado. Neste ponto, dois processos se relacionam: em primeiro lugar, há uma clara e aprofundada especialização produtiva, e, em segundo, a cidade e o campo modernizado têm as suas relações ressignificadas, ao passo que seus circuitos econômicos se integram. Ambos esses processos têm como princípio a imposição de uma lógica externalizada de produção agroindustrial.

O número de estabelecimentos agropecuários também é um indicador interessante, que pode expressar um pouco mais o quão profunda é a especialização produtiva da sojicultura. De acordo com os dados do Censo Agropecuário (2017), LEM é o terceiro município com mais estabelecimentos agropecuários com soja no MATOPIBA baiano, 104, o que corresponde a 13,7% do total desses estabelecimentos agropecuários – São Desidério é o município com mais estabelecimentos com produção de soja, 175 (23,3%).

Por fim, nas etapas à jusante podemos identificar três principais atividades: armazenamento<sup>9</sup>, processamento e comercialização. Todas as três são controladas por empresas nacionais e, principalmente, internacionais, como: Amaggi e LD Commodities; Bunge; ADM; Glencore; Cargill; COFCO; Gavilon; Horita Empreendimentos Agrícolas; COPAGRO; MSU Brasil Agropecuária; Terra

<sup>9</sup> Há alguns produtores mais capitalizados que conseguem construir unidades de armazenamento dentro dos próprios estabelecimentos agropecuários, como aponta o Censo Agropecuário (2017).

Santa Agro; Paulo Massayoshi Mizote; Adeco Agropecuária Brasil; COPALEM; Louis Dreyfus; Selecta; UNIGEL Plásticos; Mitsui & Co.

O Quadro 3 traz a lista das empresas atuantes no agronegócio do MATOPIBA baiano, a localização das sedes administrativas, dos escritórios e quais as atividades que desempenham. Fica patente que as relações que esses agentes estabelecem são exclusivamente corporativas, não se envolvendo efetivamente com as lógicas dos territórios. Nesse sentido, é mais um exemplo do que Santos (2006) chamou de lógica das redes sobre a lógica dos territórios. A solidariedade organizacional se sobrepõe em detrimento da construção de solidariedades mais orgânicas entre os agentes que vivem – e dependem – daqueles territórios.

Quadro 3. Empresas atuantes nas atividades do agronegócio globalizado. MATOPIBA baiano (Fonte: pesquisa documental; elaborado pelo autor).

Empresa	Sede	Atividade Principal	Localização de Escritórios
Amaggi	Paraná	Importação e exportação no porto de São Luís/MA	Empresa originária do Mato Grosso
Louis Dreyfus	Holanda	Importação e exportação no porto de Santos/SP	Possui escritório em São Paulo
Bunge	EUA	Importação e exportação nos portos de Paranaguá/PR, Rio Grande/RS e São Francisco do Sul/SC Processa a soja e refina óleo de soja em LEM	Possui escritório em São Paulo
ADM	EUA	Importação e exportação no porto de Santos/SP	Possui escritório em São Paulo
Glencore	Suíça	Comercialização de soja	Possui escritório no Rio de Janeiro
Cargill	EUA	Importação e exportação nos portos de Paranaguá/PR e Santarém/PA Armazenamento, processamento e beneficiamento de soja em Barreiras	Possui escritório em São Paulo
COFCO	China	Importação e exportação no porto de Santos/SP	Possui escritório em São Paulo e Porto Alegre/RS
Gavilon	EUA	-	-
Horita Empreendimentos Agrícolas	Barreiras	Produtora agrícola (soja e algodão), agroindústria e <i>trader</i>	-
COPAGRO	Oeste da Bahia	Comercialização da produção agrícola	-
MSU Brasil Agropecuária	Mato Grosso do Sul	<i>Trader</i>	-
Terra Santa Agro	Mato Grosso	Arrendatária de fazendas	-
Paulo Massayoshi Mizote	Barreiras São Desidério	Atividades de apoio à agricultura Armazenamento	-
Adeco Agropecuária Brasil	Argentina	Consultoria e assessoria ao agronegócio	Possui escritório em São Paulo
COPALEM	LEM	Comercialização de produtos agrícolas	-
Selecta	Uberlândia/MG	-	-
UNIGEL Plásticos	São Paulo	-	-

Mitsui & Co.	Japão	Trader	Possui escritório em São Paulo
--------------	-------	--------	--------------------------------

Mas não é apenas a localização das sedes administrativas e dos escritórios dessas empresas que revelam seus interesses. Alves (2022) alerta para o fato de que as empresas do agronegócio convertem a lógica da função do território como *abrigo* para *recurso*, particularmente no que diz respeito à destruição do meio ambiente.

A instalação de grandes cultivos, os quais consomem intensamente recursos hídricos e também agroquímicos [agrotóxicos], significa, do mesmo modo, a ocorrência de diversos tipos de impactos aos ambientes naturais e aos moradores do entorno dessas áreas. (ALVES, 2022, p. 296)

Isto significa dizer que, baseado em Santos (2001), o território deveria ser tomado como *abrigo* para as populações locais/tradicionais, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados de reforma agrária *etc.*, mas passa a cumprir a função de *recurso* para as grandes empresas transnacionais.

### 3.1 A urbanização orientada ao agronegócio globalizado: Luís Eduardo Magalhães/BA

A partir das pesquisas realizadas por Coy (2020), Coy e Huber (2022) e Coy *et al.* (2022) sobre as implicações do agronegócio na urbanização das cidades do Mato Grosso, principalmente de Sinop, é possível afirmarmos que também no MATOPIBA baiano algo semelhante acontece, mais particularmente na cidade de LEM, como apontam Elias e Pequeno (2007). Essa semelhança só é possível porque os vetores da modernização/urbanização, de ambas as regiões, são os mesmos. Embora os agentes possam não ser os mesmos e os lugares apresentarem especificidades, as intencionalidades das ações são as mesmas, já que tanto a porção central do Mato Grosso como o oeste da Bahia são realidades particulares que não se explicam por si próprias, mas que fazem parte da totalidade do quadro agroindustrial e urbano brasileiro.

O nascimento da cidade de Luís Eduardo Magalhães (LEM), detalhadamente discutida por Haesbaert (1997), data de muito antes do que a emancipação do próprio município, no ano de 2000. O então distrito de Mimoso do Oeste, pertencente ao município de Barreiras, surge, na década de 1980 de forma bastante semelhante a vários municípios do Mato Grosso, como Sinop:

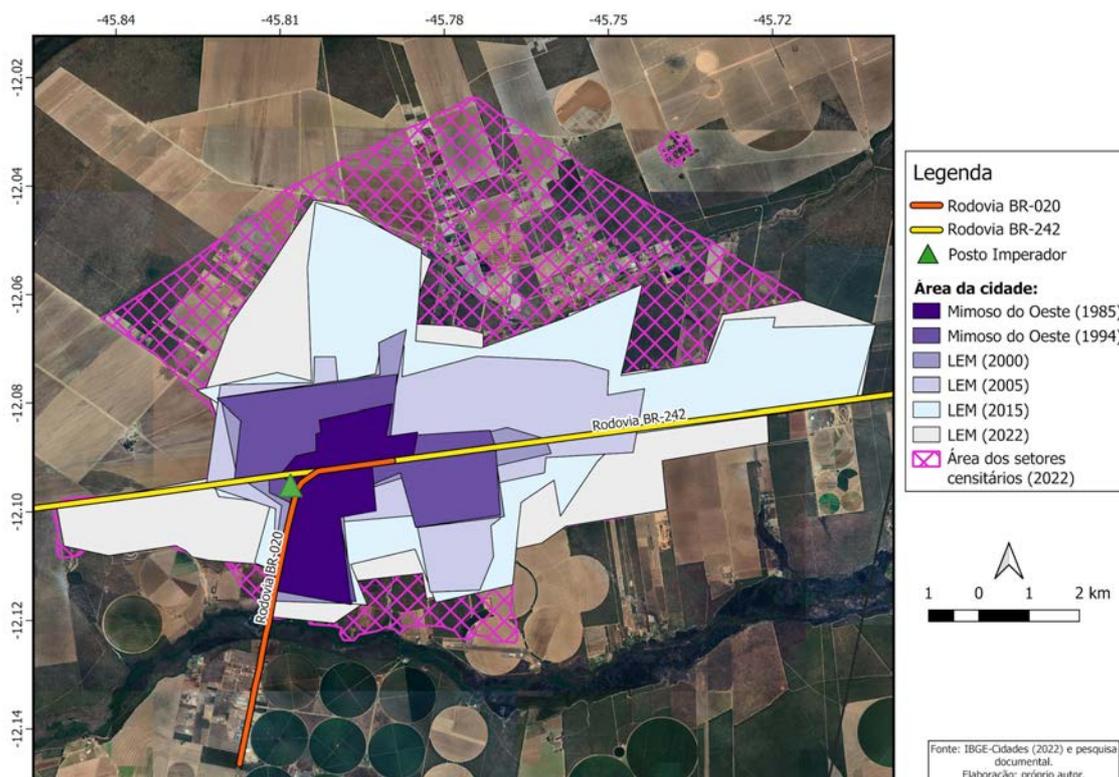
A partir de um loteamento proposto por um coronel goiano, dono de uma empresa de colonização, previa-se a construção de 3 mil casas e uma população de 15 mil habitantes (HAESBAERT, 1997, p. 154).

No que se refere às materialidades que favorecem o desenvolvimento da cidade, podemos destacar três: 1) rodovia BR-242<sup>10</sup>: é uma rodovia transversal interestadual, que cruza todo o estado da Bahia, fazendo a ligação Brasília/DF-Salvador/BA; 2) rodovia BR-020: é uma rodovia radial, também interestadual, que faz a ligação Brasília/DF-Fortaleza/CE; e 3) posto de combustível Imperador<sup>11</sup>: a partir do qual a cidade se iniciou. Na Figura 4, é possível observar de que forma ocorreu a dinâmica espacial do crescimento da cidade de Mimoso

<sup>10</sup> Conhecida popularmente como rodovia Milton Santos ou rodovia da soja.

<sup>11</sup> Segundo Haesbaert (1997), no início da construção da cidade, o Posto Imperador se chamava Posto Mimoso. Atualmente, o posto foi adquirido pela empresa Postos São Gonçalo (informação obtida em trabalho de campo).

do Oeste/LEM a partir dessas duas rodovias e do posto de combustível, entre 1985 e 2022.



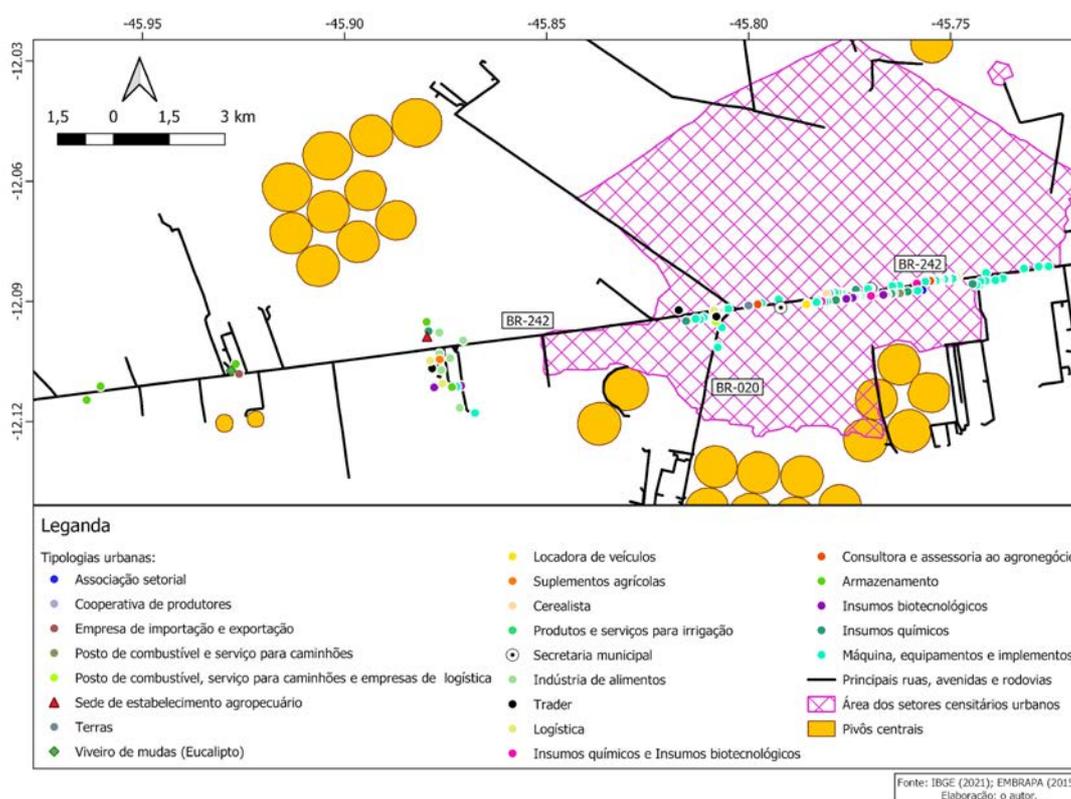
**Figura 4.** Dinâmica espacial do crescimento da cidade de Mimosa do Oeste/LEM (1985-2022). (Fonte: IBGE-Cidades e levantamento documental; elaborado pelo autor).

Alguns pontos são importantes de serem destacados. Em primeiro lugar, o polígono em azul mais escuro – referente à área da cidade de Mimosa do Oeste em 1985 – acompanha exatamente as rodovias BR-242 e BR-020, e no entroncamento das duas, localiza-se o Posto Imperador (Mimosa, à época). Em 1994, a malha da cidade continua utilizando a rodovia BR-242 como eixo de expansão, mas também avança lentamente para o norte e o sul. Em 2000, ano da emancipação do município, a malha da cidade permanece quase a mesma da de 1994. Entretanto, em 2005, podemos observar uma expansão para nordeste, numa área que ainda não havia sido ocupada. As maiores expansões são registradas em 2015 e 2022, que apresentam avanços em todas as direções, com destaque para as áreas à norte, leste e à oeste (entre as rodovias).

Como já mencionado as duas rodovias foram e ainda são utilizadas como eixos de expansão da malha da cidade, desde 1985. Mas a BR-242 é ainda mais utilizada, sobretudo a partir do ano de 2000. Esta rodovia foi, de certa forma, incorporada pela cidade, e por isso se assemelha muito mais com uma grande avenida do que com uma rodovia. Ao longo de seu trecho, importantes estabelecimentos comerciais, prestadores de serviço e até mesmo prédios públicos estão localizados. Deste modo, podem ser observadas, ao menos, 50 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço relacionados a máquinas, equipamentos e/ou implementos agrícolas, desde oficinas mecânicas

locais até grandes lojas concessionárias de empresas internacionais (John Deere, Valtra, New Holland e Massey Ferguson<sup>12</sup>).

É possível estabelecer mais um paralelo entre LEM e a cidade de Sinop, tendo em vista essa distribuição espacial de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço ao longo de grandes avenidas e rodovias. Coy (2020, p. 58) apresenta o “mapeamento funcional da BR-163 em Sinop-MT”, no ano de 2018, no qual estão destacados as atividades relacionadas ao agronegócio. Uma das principais atividades são as relacionadas às máquinas agrícolas, que correspondem a cerca de 21% do total (28 estabelecimentos). De modo semelhante à Coy (2020), buscamos identificar em LEM a distribuição dos principais estabelecimentos voltados ao agronegócio ao longo da BR-242 (Figura 5).



**Figura 5.** Mapeamento funcional da rodovia BR-242. LEM/BA (Fonte: IBGE-Cidades, EMBRAPA, 2015; levantamento documental; elaborado pelo autor).

Em LEM, as atividades que mais se destacam pela quantidade de estabelecimentos comerciais também são as voltadas à “máquina, equipamentos e implementos” e para “insumos químicos”. Foram contabilizados, ao menos, 50 e 15 estabelecimentos, respectivamente. É possível afirmar que a BR-242, em LEM, tem uma função bastante parecida com a BR-163, em Sinop/MT em três aspectos. Em primeiro lugar, essas rodovias são importantes corredores de exportação das *commodities*. Para o MATOPIBA baiano particularmente, as rodovias BR-242 e BR-020 são as que possibilitam a conexão rodoviária da região com importantes portos como o de Salvador/BA (pela BR-242) e o de Fortaleza/CE (pela BR-020), além do fato de o entroncamento dessas rodovias estar localizado dentro da cidade de LEM.

<sup>12</sup> Essas observações foram realizadas durante trabalho de campo.

Em segundo lugar, Coy *et al.* (2020) e Elias (2011) apontam que a concentração das principais atividades do agronegócio está ligada diretamente ao papel central que as cidades desempenham para o setor. As cidades, particularmente as *do agronegócio* – e LEM é uma delas –, é a “central de comando da economia regional” (COY *et al.*, 2020, p. 59), uma vez que essas atividades buscam responder às demandas do campo modernizado. Este processo, segundo Elias (2011), é motor da especialização funcional, característica fundamental das cidades do agronegócio.

Por fim, em terceiro lugar, a localização dessas atividades ao longo das rodovias também pode ser compreendido como uma apresentação da cidades. Em outras palavras, essas rodovias atuam “na apresentação das atividades econômicas” (COY *et al.*, 2020, p. 57) às pessoas que logo chegam à cidade. Essa exposição das atividades se relaciona também, segundo Elias (2011), com o fato de que LEM é uma das quatro cidades brasileiras<sup>13</sup> que recebem a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (AgriShow – que em LEM, se chama Bahia FarmShow). O espaço destinado à esta feira é de 191 mil m<sup>2</sup>, e fica localizado, não por coincidência, às margens da BR-242, bem na entrada da cidade (Figura 6). De acordo com as informações divulgadas pela organização do evento<sup>14</sup>, na edição de 2021, participaram mais de 360 empresas, movimentando cerca de R\$ 7,9 bilhões.

Na Figura 6 podemos observar, à esquerda (A), uma fotografia de parte do parque do evento. À direita (B), temos uma fotografia de parte do estacionamento do evento, com destaque para a rodovia BR-242 ao fundo.



**Figura 6.** Feira Bahia FarmShow – LEM (fonte: página da web, disponível em: <https://bahiafarmshow.com.br/>. Acesso: nov./2022).

Percebemos que as relações urbanas que se estabelecem na cidade de LEM estão orientadas muito mais para suprir as demanda do consumo produtivo do agronegócio do que para as demandas da própria população. O surgimento da cidade, seu crescimento e a distribuição de suas atividades econômicas respondem a uma economia urbana articulada à uma economia agrária (ELIAS, 2011). Esse processo é a chave para compreendermos a urbanização das cidades funcionais ao agronegócio, das quais a cidade do agronegócio é o exemplo máximo de especialização produtiva.

<sup>13</sup> As outras cidades são: Ribeirão Preto/SP (origem do evento), Rio Verde/GO e Rondonópolis/MT.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://bahiafarmshow.com.br/>. Acesso: nov./2022.

#### 4. Conclusão

A globalização do circuito espacial produtivo do complexo soja necessita do controle e da coordenação de todos os fluxos materiais e imateriais que o compõe. Esse controle e coordenação são ainda mais exigidos quando as arenas produtivas estão geograficamente muito distantes dos centros de controle das produções. Há, portanto, a necessidade de materialização de pontos no território de onde os agentes hegemônicos (as grandes empresas do agronegócio) podem fazer a comunicação entre as arenas produtivas e esses centros de controle.

São justamente as pequenas e médias cidades do Cerrado brasileiro que recebem as estruturas produtivas demandadas pelo agronegócio. Como a lógica de (re)produção capitalista busca a maximização dos ganhos, a consolidação das fronteiras agrícolas está diretamente ligada à fragmentação territorial e à especialização regional produtiva. Esses dois processos estão na base da formação das regiões produtivas do agronegócio (RPA), cujas centralidades são as cidades do agronegócio.

Este tipo de cidade apresenta alto grau de especialização produtiva para o agronegócio e sua economia urbana é integrada à economia agrária através das grandes empresas que controlam o setor. E isso tem implicações diretas na dinâmica da urbanização. Enquanto Sinop é um exemplo emblemático de especialização produtiva do agronegócio (e extrativismo vegetal) no Mato Grosso, LEM é tomada como exemplo de cidade do agronegócio da soja nos cerrados baianos.

A cidade funciona como uma exposição à céu aberto para os capitais financeiro e especulativo transnacionais. A forte presença de empresas globais, dos mais diversos setores do agronegócio, é uma das principais características de LEM. Ainda nesse sentido, as rodovias BR-022 e, principalmente, BR-242 são, além dos eixos que orientaram a urbanização da cidade, o “cartão-postal do *agribusiness*” internacional. É na BR-242 que estão localizadas algumas das mais importantes empresas do agronegócio, como Bunge, Cargill, Amaggi, ADM do Brasil, Massey Ferguson, Valtra, John Deere, entre outras.

Podemos afirmar que a urbanização de LEM foi organizada para melhor se adequar às demandas dessas empresas da cadeia produtiva da soja. Os grandes armazéns, lojas de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, redes comerciais de sementes, agrotóxicos, fertilizantes, empresas de consultoria e assessoria ao agronegócio e as próprias lavouras de soja tomam os espaços urbanos. O termo *cidade do agronegócio* cabe em LEM muito bem não apenas porque tem sua economia urbana integrada à economia agrária, ou porque possui uma especialização funcional bastante aprofundada, mas também porque as atividades do agronegócio controlam a cidade e as tomadas de decisão. A função da cidade gira em torno dos interesses das grandes empresas do setor, numa associação neoliberal entre Estado e o mercado (representado por pelas grandes empresas transnacionais).

Nesse processo, a desigualdade socioespacial se aprofunda em LEM. O (aparente) próspero agronegócio parece não ter respostas a esses problemas sociais, econômicos e espaciais que ele mesmo produziu e continua a aprofundar. Para enfrentarmos essas desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio é necessário compreendermos que a urbanização nessas cidades surge apenas como demanda produtiva da agricultura científica globalizada, que não busca estabelecer nenhuma solidariedade local, apenas

organizacional e corporativa. É necessário pensarmos nas *outras formas de uso* da agricultura no Brasil.

## 5. Referências

ALVES, Vicente. “Expansão do agronegócio e os impactos socioambientais na região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA)”. **Confins**. VOL 45, 2020, 14 pp.

ALVES, Vicente. Modernização agropecuária e urbanização na região de cerrados do Centro-Norte do Brasil: as novas dinâmicas urbanas no oeste da Bahia. In: *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, pp. 227-167.

ARROYO, Monica. A economia dos invisíveis. **Le Monde Diplomatique**, 15ª ed., 13 pp., 2008.

BERNARDES, Júlia. Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: Descontinuidades e permanências. In: [BERNARDES, Júlia; BRANDÃO FILHO, José (org.)]. *Geografias da Soja II: a territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Archimedes Edições, 2009, pp.13-39.

CASTILLO, Ricardo. “Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado”. **GEOgraphia**, VOL 17, 2015, pp.95-119.

CASTILLO, Ricardo; BERNARDES, Júlia. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: *Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, pp. 07-16.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Denis; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. “Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana”. **Revista da ANPEGE**, VOL. 12, N. 18, 2016, pp.265-288.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. “Espaço geográfico, produção e movimento: uma análise sobre o conceito de circuito espacial produtivo”. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, VOL. 22, N 03, 2010, pp. 461-473.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). *Banco de dados*. Acesso: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras>. Acesso: nov./2022.

COY, Martin. Configurações e impactos locais de Redes de Produção Globais: o complexo da soja no Mato Grosso/Brasil. In: [LÓPEZ, Sergio; THEIS, Ivo. (org.)]. *Iberoamérica ante los nuevos retos de la geopolítica mundial: territorios em disputa, resistências y organización de la esperanza a escala urbana e regional*. Florianópolis: Editora Nave, VOL 2, 2022, pp. 46-74.

COY, Martin. Sob o domínio do agronegócio: uma introdução ao tema desta coletânea. In: [COY, Martin; BARROZO, João; SOUZA, Edison. (org.)]. *Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora IABS, 2020, pp. 13-23.

COY, Martin.; TÖPFER, Tobias.; ZIRKL, Frank. In: [COY, Martin; BARROZO, João; SOUZA, Edison. (org.)]. *Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora IABS, 2020, pp. 13-23.

COY, Martin; DORN, Felix; HUBER, Christoph; TÖPFER, Tobias. “Regional and urban development under the signs of globalization: the soybean complex and the city of agribusiness in Mato Grosso”. **Journal of Latin American Geography**, VOL 21, N 2, 2022, pp. 86-111.

COY, Martin; HUBER, Christoph. “O complexo de soja no norte de Mato Grosso (Brasil): uma perspectiva político-ecológica”. **Confins**, N 54, 2022, 18 pp.

COY, Martin; NEUBURGER, Martina. “Camponeses no Brasil: entre inclusão e exclusão”. **Anuário Americanista Europeu**, N 6-7, 2000, pp. 111-132.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1985-2012)**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

ELIAS, Denise. “Agronegócio e novas regionalizações no Brasil”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, VOL. 13, N. 2, 2011, pp. 153-167.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: [ALVES, V. (Org.)]. *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. pp. 25-44.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. “Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, VOL 01, N 01, 2007, pp. 25-39.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Geoweb Matopiba. *Base de dados*. Disponível em: <http://mapas.cnpm.embrapa.br/matopiba2015/>. Acesso: nov./2022.

FREDERICO, Samuel. “Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil”. **Confins**. VOL 17, 17 pp., 2013.

GONÇALVES, José. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e Indicadores do agronegócio**, VOL 06, N 12, 2011, 07 pp.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário. *Base de dados*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso: nov./2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geografia do Brasil: Região Nordeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, VOL 2, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM). *Base de dados*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso: nov. /2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE-Cidades. *Base de dados*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: nov./2022.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2000.

MORAES, Antonio. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. **Trabalho de avaliação**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4 ed., 2 reimpr., 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 6 ed., 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 9 ed., 2006.